

A PESQUISA SOCIOPOÉTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

*Marilia VERONESE**

*Adriane FERRARINI***

RESUMO: A ocidentalização do mundo moderno foi epistemologicamente alicerçada na imposição colonial da ciência moderna como fonte exclusiva de conhecimento crível, gerando a invalidação de saberes populares e tradicionais. Debates epistemológicos contemporâneos têm demonstrado a necessidade de ampliação das fronteiras de produção do conhecimento. Contudo, identifica-se uma carência de métodos investigativos no campo das ciências sociais para a produção de conhecimento em perspectiva pós-colonial. Neste trabalho, objetiva-se analisar o potencial da sociopoética para acessar as epistemologias do Sul através da apresentação de duas experiências realizadas no estado do Rio Grande do Sul (Brasil): numa comunidade indígena e com um grupo de trabalhadores(as) da economia solidária. Os resultados demonstraram que a sociopoética é um método inovador, capaz de incorporar elementos éticos, estéticos e cognitivos na produção do conhecimento nas ciências sociais. Sua aplicação, entretanto, apresenta desafios técnicos e ético-políticos à formação convencional do pesquisador e à participação dos sujeitos na pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa. Método Sociopoético. Epistemologias do Sul.

Introdução

No contexto latino-americano, a produção de desigualdades materiais e imateriais e de desqualificação social dos povos colonizados, foi fundamentada por

* UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Humanas. São Leopoldo – RS – Brasil. 93022-000 - mariliav@unisinis.br.

** UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Humanas. São Leopoldo – RS – Brasil. 93022-000 - adrianefferrarini@gmail.com.

uma perspectiva epistemológica que considerou a ciência moderna como forma exclusiva de conhecimento credível, invalidando e dizimando saberes, valores e práticas populares ou tradicionais. A subalternização ou invisibilização de saberes e interpretações do mundo não científicas, significa que estes não foram considerados formas relevantes ou mesmo inteligíveis de ser e estar no mundo (MENESES, 2008).

Capitalismo e colonialismo articularam-se e retroalimentaram-se na constituição da questão social contemporânea, de tal modo que as lutas pela manutenção ou reinvenção de identidades e sociabilidades foram acionadas, tanto no campo das práticas quanto do conhecimento na busca por justiça social e por justiça cognitiva. No âmbito das práticas sociais, experiências econômicas ancoradas em princípios comunitários, autogestionários e solidários avançam significativamente, representando por vezes a persistência, por vezes a emergência de novas sociabilidades, em meio aos escombros deixados pelas pressões globais em contextos locais. No âmbito do conhecimento, o paradigma moderno baseado na certeza racionalista encontra-se em crise e sujeito a questionamentos de toda a ordem. Perspectivas pós-modernas e pós-coloniais têm se mostrado férteis para ampliar as fronteiras epistemológicas da produção de conhecimento (SANTOS, 2002; LANDER, 2005) sobre e com grupos populares, subalternizados e vitimados por processos de desqualificação social e cognitiva, contribuindo para o acesso às epistemologias do Sul.

Por epistemologias do Sul, Boaventura de Sousa Santos (2002) designa aqueles conhecimentos, práticas sociais e visões de mundo dos grupos marginalizados pela violência do processo colonial. Indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas, pobres urbanizados sem acesso à escolarização, populações negras e pardas subalternizadas e atores sociais atingidos por processos de invisibilização ou desqualificação, produzem conhecimentos e práticas. Colonialismo, capitalismo e patriarcado se relacionam entre si, fazendo desaparecer – pela invisibilidade ou pela desqualificação – formas de conhecer e de viver não alinhadas com seus princípios. Norte e Sul – não geográficos, mas epistêmicos e metafóricos – constituíram-se mutuamente através de processos históricos de colonialismo e dominação, mantendo atual a natureza hierárquica das relações que estabelecem entre si, a partir da noção de colonialidade (QUIJANO, 2009). A desconstrução de genealogias eurocêtricas e a construção de epistemologias que apontam para outros paradigmas metodológicos na análise cultural requerem

[...] o questionamento da lógica da construção de saberes ainda prevalente na investigação acadêmica, tomando como exemplo a ausência de repertórios culturais (...) em que as experiências culturais dos subalternos – dos povos colonizados –, as suas construções culturais, são relegadas a um secundário lugar

rotulado como “saber local”, que a tradição filosófica ocidental não considera relevante (MATTA, 2014, p.28).

Metodologias participativas de pesquisa reconhecem e amplificam a voz dos sujeitos e das comunidades, mas ainda, eventualmente, podem manter um alinhamento epistemológico com premissas do racionalismo moderno. Isso não significa que não possam ser utilizadas e adequadas a outras realidades e constructos epistemológicos, porém deixam um campo em aberto para experimentações.

O conhecimento na perspectiva da pós-colonialidade

Conhecimento e prática são indissociáveis. Não há conhecimento sem prática e sem atores sociais engajados em produzi-la, assim como toda experiência social produz e reproduz conhecimento. As práticas sociais e os sujeitos que as engendram não estão livres de valores, tensões e contradições, desenvolvendo diferentes critérios de validade do saber ou epistemologias (SANTOS; MENESES, 2009).

O conhecimento adquire um papel relevante na modernidade, sendo produzido e produtor de uma série de estruturas e significados fundantes da sociedade ou, porque não dizer, da ocidentalização do mundo contemporâneo. A ciência moderna passou a ter a exclusividade na produção de conhecimento válido – e até mesmo de valores socioculturais – a partir de critérios pautados na racionalidade instrumental-cognitiva, na objetividade, nas verdades matematizáveis e predomínio de princípios de ordem, determinismo e estabilidade. Privilégios extraepistemológicos são conferidos aos que produzem e acessam o saber científico ou acadêmico.

Não se pretende, contudo, estabelecer uma dicotomia que de algum modo demonize a ciência moderna. Não se trata disso. O conjunto de teorias, técnicas e metodologias produzido na modernidade, permitiu um significativo desenvolvimento em várias áreas do conhecimento científico, além de ensinar a crítica no seu interior – como no caso das ciências sociais. A própria crítica é uma invenção moderna, ou seja: a ciência não é um bloco monolítico e permite a discussão de seus pressupostos e o exercício de imaginar e implementar transformações. Isso lhe confere um dinamismo que possibilita o questionamento de seus aspectos mais limitadores, como a disjunção, redução e abstração do sujeito e do objeto.

Uma das críticas à ciência moderna, que se entende procedente, refere-se à questão ética: quando a ciência exclui outras formas de conhecimento, está incorrendo em uma forma de sustentar e reproduzir várias desigualdades; quando se

alia ao capitalismo através da tecnociência, termina por estabelecer cisões no campo cultural e econômico que causam prejuízo a certos grupos sociais (WALLERSTEIN, 2004). A técnica incorpora a ciência, tornando-se objeto de apropriação privada e mercadoria de alto valor, inserindo-se nos modos de acumulação e selando sua articulação com o sistema capitalista (BAUMGARTEN, 2004). O conhecimento científico, nesse caso, pode impedir que a natureza plural do conhecimento humano se realize, ao projetar um monopólio sobre a produção e a circulação de saberes válidos, confiáveis e verdadeiros, bem como sobre a riqueza advinda de sua aplicação.

As desigualdades cognitivo-expressivas que permeiam a produção, circulação e difusão dos saberes e práticas produzem o descrédito e a invisibilidade de grupos populares, periféricos e subalternizados. Portanto, não há igualdade de condições entre saberes acadêmico-científicos e saberes populares ou nativos.

A desigualdade material ou econômica está, em larga medida, relacionada com a desigualdade não-material, sobretudo através do precário acesso à educação, ao desenvolvimento de capacidades comunicativas e expressivas e às oportunidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisão significativa na vida política por parte de grupos populares. Tais grupos são compostos por sujeitos cujo modo de ver o mundo, maneira de viver e senso estético são considerados não creíveis e não desejáveis, passando a sofrer um processo de desqualificação social (PAUGAM, 2003). No Brasil, podem ser citados como exemplos: grupos de reciclagem de lixo nas periferias urbanas, colônias de pescadores, comunidades quilombolas, indígenas, trabalhadores da economia solidária, dentre tantos outros. Com isso, as experiências sociais levadas a cabo por esses grupos também acabam sendo desacreditadas e desperdiçadas.

A divisão abissal entre aqueles que têm e que não têm acesso a bens simbólicos e materiais e entre aqueles que são plenamente cidadãos e os que não são, passa a ser uma característica fundamental da sociedade moderna. Tal divisão foi produzida de forma colonizadora. A colonialidade é constitutiva do poder mundial capitalista, impondo padrões e operando em dimensões materiais e subjetivas da existência cotidiana (QUIJANO, 2009).

O colonialismo e seus desdobramentos em modos neocolonialistas de dominação significaram a violenta ocupação de territórios, dizimação de povos e de seus sistemas locais de produção, mas também o epistemicídio de suas culturas, saberes e práticas. Estes constituem as epistemologias do Sul, compreendidas como metáfora do sofrimento humano causado pelas relações imperiais e coloniais predatórias, pela exclusão, exploração e ocultação. Elas são produzidas por grupos

vitimizados pelo colonialismo e capitalismo predatórios e encontram-se, em geral, invisibilizados pela condição de inferioridade que lhe é atribuída a partir de monoculturas classificatórias (SANTOS, 2006), caracterizando relações coloniais de diferenciação no interior de uma sociedade, supostamente pós-colonial. Tal invisibilidade requer não somente ser compreendida, mas também empiricamente acessada.

A justiça social torna-se insuficiente, requerendo justiça cognitiva através da distribuição dos recursos educacionais e da valorização de outras epistemologias ou modos de conhecer (SANTOS, 2006; SANTOS; MENESES, 2009). A descolonialidade do saber parte de uma ecologia dos saberes, sendo para isso necessário alterar os critérios epistemológicos de rigor do saber, que hierarquizam os saberes.

Sociologicamente, isso implicaria em conferir credibilidade às diversas alternativas de saberes e práticas sociais através da proposta da sociologia das ausências, a qual visa a expansão do presente através do conhecimento e validação de alternativas em termos de modos de ser, trabalhar, sentir, parecer, consumir, enfim, viver, os quais são diferentes dos dominantes. O presente, por consequência, ficaria mais rico com o reconhecimento da diversidade de experiências que o compõem, ampliando o leque de alternativas de existência social (SANTOS, 2006).

Análises recentes têm demonstrado maiores preocupações com relação à identificação dos conteúdos que compõem as epistemologias do Sul e dos procedimentos para relacioná-los entre si, bem como relacioná-los com as práticas e saberes hegemônicos. Tais procedimentos são denominados de trabalho de tradução (SANTOS; MENESES, 2009).

Contudo, a busca, elaboração e experimentação de métodos alternativos não têm sido alvo de maiores indagações. Compreende-se que uma gama de metodologias de pesquisa, amplamente utilizadas e tradicionalmente aceitas e validadas no campo das ciências sociais – especialmente as qualitativas – têm sido ferramentas capazes de permitir o acesso às epistemologias do Sul. Contudo, neste texto, sugere-se que a escavação dessas epistemologias pode ser realizada de forma mais plena através de instrumentos, procedimentos e técnicas capazes de incorporar níveis diversificados e mais aprofundados do saber. Tais níveis implicam determinadas atitudes, comportamentos e competências. A pesquisa sociopoética apresenta-se potencialmente como método inovador, que considera as dimensões da racionalidade estética e prática, para além da cognitiva, bem como o uso de técnicas apropriadas à produção de saberes relativos ao corpo e aos afetos, se possível de níveis inconscientes, requerida pela busca de epistemologias do Sul.

Experimentações metodológicas no campo das culturas de resistência: a sociopoética

O método sociopoético foi fundado pelo filósofo e pedagogo francês Jacques Gauthier, a partir de suas experiências junto aos Kanak – povo indígena da Kanaky ou Nova-Caledônia, no Pacífico – e junto a comunidades quilombolas no nordeste brasileiro. O povo Kanak, na luta pela sua independência contra o colonialismo francês, instituiu escolas próprias com modelos pedagógicos, nos quais a criança era ativa e responsável e onde se integravam saberes ancestrais com conhecimentos científicos, na busca de um ecodesenvolvimento sustentável. O saber, nessa perspectiva, não era tomado numa dimensão exclusivamente cognitiva, mas fluida e dinâmica, envolvendo afetos, emoções, impressões, marcas corporais, sofrimentos e vivências individuais e grupais (GAUTHIER, 2010).

A sociopoética tem influência da pedagogia do oprimido de Paulo Freire (1987), teatro do oprimido de Augusto Boal (1988), pesquisa-ação participante de Carlos Brandão (1981) e Orlando Fals-Borda (1981), filosofia da diferença de Gilles Deleuze (1988), Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992) e Suely Rolnik (1989) e análise institucional de René Lourau (1975), Georges Lapassade (1989) e Gregório Barenblitt (1994). Os fundamentos e procedimentos do método sociopoético são compatíveis com práticas e saberes descolonizadores e com as epistemologias do Sul (especialmente em sua orientação ética e estética), contendo em si uma experiência de tradução entre referências do Norte e do Sul.

A pesquisa sociopoética é um novo método de construção coletiva do conhecimento, que tem como pressupostos básicos que todos os saberes são iguais em direito e que é possível fazer da pesquisa um acontecimento poético (do grego *poiesis* = criação), contrapondo a prática acadêmica hierarquizada. No processo de produção coletiva, os sujeitos da pesquisa passam a ser pesquisadores – ou copesquisadores – e o pesquisador acadêmico assume um papel de facilitador, animador ou mediador. O pesquisador-facilitador leva para o grupo as suas propostas e questões para dar início ao debate e participa do processo de elaboração e análise dos dados, mas o grupo poderá explicitar outras questões, ligadas a sua realidade e cabíveis como expressão dessa realidade. Cada um traz em si, em seu próprio corpo, saberes de raízes ancestrais, culturais, históricas (GAUTHIER; FLEURI; GRANDO, 2001). O processo de pesquisa pode favorecer a explicitação desses saberes, mediante a fricção ou tensionamento com outros saberes. A ciência, nessa perspectiva, precisa dialogar com as culturas de resistência e com as artes, potencializando saberes.

O conhecimento inconsciente, que está na pele, impresso no corpo – e que muitas vezes traz em si os sentidos mais genuínos daquilo que se viveu – é mais facilmente acessado por meio da linguagem não verbal e de expressões artísticas. Para tanto, a proposta metodológica da sociopoética baseia-se em cinco premissas.

A primeira afirma a construção de um grupo-pesquisador, rompendo com a distinção pesquisadores e pesquisados. Conforme já explicitado, o pesquisador acadêmico também faz parte, mas todos são responsáveis coletivamente pelos caminhos que a pesquisa tomará, desde a definição do tema de interesse até as formas de socialização do estudo. O desafio é alcançar a interreferencialidade, isto é, cada interlocutor ou autor estabelece as relações com seus parceiros, falando **para** os outros, **com** os outros e **entre** os outros.

Em segundo lugar, o método propõe a participação das culturas de resistência, as quais são representadas por grupos excluídos do acesso aos saberes oficiais ou acadêmico-científicos. Tais grupos possuem conhecimentos que, não só deixam de ser reconhecidos pelo saber científico, como também detêm estruturas de organização distintas que devem ser consideradas para que seus saberes sejam apreendidos.

Em terceiro lugar, Gauthier (2010) propõe que se dê atenção ao corpo inteiro daqueles que integram o grupo-pesquisador no processo da pesquisa. Diferentes grupos sociais possuem formas distintas de organizar e produzir seus saberes, nem sempre de forma linear e racional. Certas vezes, uma dança ou cântico podem expressar conhecimentos de extrema importância para o grupo que representam, seja em aspectos sociais, emocionais ou mesmo espirituais.

Por esse motivo, a quarta premissa sugere que não se trata apenas de observar e escutar relatos dos grupos: “recomendamos que se faça o uso de técnicas variadas de produção de dados, criando assim uma complexidade suficiente para tocar a complexidade da própria vida” (GAUTHIER; FLEURI; GRANDO, 2001, p. 8). O uso de técnicas artísticas, de expressão corporal, vocal, movimentos, desenhos e relaxamento credita às demais dimensões do ser humano a potencialidade de produzir saberes válidos, subvertendo a lógica instituída do saber das ciências sociais – fortemente baseado no discurso.

Em quinto lugar, Gauthier (2010) propõe que o estudo desenvolvido através da sociopoética seja socializado de tal forma a romper com a posição do pesquisador como detentor de conhecimento e de ser aquele que se beneficiará com os logros da pesquisa. Nesse caso, o grupo-pesquisador define o produto final da pesquisa, que não necessariamente será um livro ou um artigo, mas pode vira ser uma obra artística, teatro, audiovisual ou tantas outras formas de expressão.

A reflexão sobre as possibilidades, limites e desafios da utilização desse método será desenvolvida através da apresentação e análise de duas experiências de pesquisa sociopoética. A primeira experiência foi realizada numa comunidade indígena de etnia Kaingang, situada no município de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. A segunda foi desenvolvida com trabalhadores(as) de economia solidária do RS. Ambos os grupos-sujeitos das pesquisas expressam formas de resistência e de emergência de solidariedades populares presentes na sociedade brasileira, respectivamente, no âmbito de comunidades e territórios e de relações de trabalho e classe, considerando a dimensão transformadora de seus saberes e consciência coletiva.

Análise dos registros empíricos

A) Comunidade indígena Kaingang

O primeiro grupo selecionado para a realização da pesquisa, com base em princípios sociopoéticos, foi a comunidade indígena Por Fy, de etnia Kaingang, localizada na cidade de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Esta cidade foi fundada em 1824 e é considerada o berço da colonização alemã no país. A comunidade em foco é composta por cerca de 30 famílias, que vivem hoje em terras cedidas pelo município, porém não legalizadas como domínio indígena. A cidade de São Leopoldo foi território indígena antes da colonização alemã no século XIX, e como aconteceu em todo o país, as etnias locais foram sendo espremidas em territórios cada vez menores e mais precários (SEVERO, 2011).

Segundo os organizadores do Portal Kaingang (2006), essa etnia está entre as mais numerosas do Brasil. Fala uma língua pertencente à família linguística Jê e junto com os Xokleng, integra o ramo Jê Meridionais. Atualmente os Kaingang ocupam pouco mais de 30 áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma população aproximada de 35 mil pessoas.

O projeto de construção das nações latino-americanas não incluiu, a não ser precariamente, os indígenas. A vigência de uma cultura jurídica centralizada no Estado, individualista e patrimonialista, negou-lhes o reconhecimento como povos dignos de autonomia política, jurídica e territorial. Eles estiveram invisibilizados no interior de Estados-nação supostamente homogêneos cujas políticas envolviam, ou seu extermínio, ou sua assimilação cultural (LAURIS, 2007). Em função dessa trajetória e da relativa hostilidade dos brancos, a comunidade tem algumas resistências com agentes externos. A sociedade Kaingang obedece a uma divisão

em que a base é a família nuclear, junto com seus parentes chegados. Basile Becker (1995) afirma que as comunidades constituíam-se de pequenas aldeias com quatro a cinco estruturas, que abrigavam cada qual em torno de 25 a 30 famílias.

Como prevê a sociopoética, desde o primeiro contato com os sujeitos dessa comunidade, nossa intenção era de identificar alguma atividade a ser desenvolvida que fosse de seu interesse, para caracterizar a troca e o aproveitamento mútuo da pesquisa. Após algumas visitas, conversas, aproximações e participação em eventos da comunidade, percebemos a dificuldade que teríamos para realizar o estudo conforme o método da sociopoética (formação do grupo-pesquisador e realização dos eventos grupais sequenciais). A organização social da comunidade não previa a interação dos grupos e, ao contrário do que imaginávamos, nem mesmo as tarefas econômicas e de trabalho eram realizadas coletivamente. Sua principal atividade econômica é o artesanato indígena.

A estrutura aparentemente individualizada das famílias e núcleos na comunidade dificultou nosso acesso à formação de um grupo-pesquisador propriamente dito. Entretanto, como entendemos a sociopoética como um encontro de possibilidades para a produção de conhecimento, aceitamos essa realidade e continuamos a frequentar a comunidade, procurando criar vínculos aos moldes da etnografia.

Aqui cabe, portanto, destacar uma das limitações do método sociopoético propriamente dito. Os encontros do grupo-pesquisador demandam um local adequado, aceitação de algumas pessoas em participar e uma sequência de encontros regulares de algumas horas para a realização das atividades artísticas. Em pesquisas de cunho etnográfico com povos tradicionais, eventualmente essas condições não estarão dadas. Por mais que tentássemos motivar as lideranças da comunidade, não conseguimos garantir os encontros para a produção dos desenhos, uso das técnicas corporais e de teatro.

Pela continuidade do trabalho, fomos convidadas a participar de algumas reuniões que diziam respeito à condução da escola autônoma existente na comunidade, ligada a uma escola estadual de São Leopoldo. Ela não forma os alunos somente em português e nas matérias convencionais, mas também prevê a alfabetização no idioma Kaingang e o ensino da cosmogonia tradicional para os aprendizes.

Seguimos conversando com professores e observando a dinâmica da escola, entrevistando lideranças, visitando as casas e as famílias. Quando nos indicaram que uma pessoa chave para ser entrevistada era Nimprê (nome indígena que faz referência a uma árvore muito forte e antiga), a pajé da tribo - também chamada de D. Lurdes - nos apressamos em contatá-la. Havia uma interessante duplicidade na

identidade dela: uma indígena e identificada como médica ou pajé da comunidade, Nimprê; e uma mais ocidentalizada que chegava a frequentar a igreja evangélica, para acompanhar as filhas e netos, a D. Lurdes. Nimprê (nome que adotamos desde o início) também participava das reuniões da escola com os professores indígenas e professoras da escola regular estadual que os acompanhavam e preocupava-se com a educação das crianças. Em função da falta de material didático na língua indígena, surgiu a demanda de criar um registro histórico daquele povo para as novas gerações, em língua Kaingang, para que a escola bilíngue se tornasse realmente um espaço de valorização da etnia que lhes é própria.

Nimprê, aos 65 anos, parteira e pajé da comunidade, personifica as chamadas culturas de resistência. Inicialmente desconfiada, nos disse que já haviam-na entrevistado e que a pessoa que o fez hoje estaria rica com o livro que publicou – e ela nada tinha. Começamos ali a desenvolver uma construção poética, calcada nas memórias e acontecimentos narrados através de uma compreensão pessoal do mundo. Juntas, amadurecemos a ideia de produzir esses registros do passado. Estava em curso uma produção **poiética**: uma recriação do passado e da visão de mundo de alguém importante para a comunidade, registrados em um conto, escrito a várias mãos (pesquisadoras e grupo, formado por ela, suas filhas e netas). Aqui identificamos um modo de trabalhar dentro dos princípios da sociopoética, já que os passos do método não haviam sido seguidos à risca, dadas as limitações do contexto.

Conversamos longas tardes, debaixo das árvores que faziam sombra na terra vermelha da comunidade. Sempre pedíamos licença, orientadas por Nimprê, ao espírito da árvore, para que permitisse nossa presença ali e nos abrigasse em paz. Tudo para ela possui um espírito: terra, plantas, animais, pedras, ervas etc. Na sua concepção, precisamos nos comunicar com eles, interagir e nos integrarmos ao mundo natural e espiritual, que são na verdade uma coisa só. Esse sentido profundo está entranhado nas crenças e saberes dessa mulher, representante das culturas de resistência, que procura disseminá-los nas famílias que compõem a comunidade. Através desses contatos, escrevemos um conto, narrando a história da comunidade e as experiências da pajé da tribo. Esse conto foi entregue à comunidade para ser traduzido para o Kaingang e servir de material didático na escola bilíngue onde estudam as crianças locais. Ainda que não tenha sido possível reunirmos um grupo-pesquisador exatamente como sugerira Gauthier, (2010), em nossas tardes de conversa outras mulheres, normalmente alguma das filhas ou netas de Nimprê, aproximavam-se e ajudavam a desenvolver a história. Foi, portanto, uma produção coletiva o conto que elaboramos sobre a história narrada/vivida/criada daquela comunidade indígena e suas vivências.

B) Economia solidária e sociopoética: autogerindo a produção da vida e do conhecimento

Economia solidária é um conceito amplamente utilizado e disseminado em vários continentes para designar atividades econômicas organizadas segundo princípios de solidariedade, sustentabilidade e autogestão. Os termos são variados, podendo ser sinônimos ou próximos, por exemplo, à economia social, economia popular, socioeconomia solidária ou economia do trabalho. As práticas consistem em empreendimentos associativos ou cooperativos, cadeias produtivas, comércio justo, comercialização e consumo coletivos, crédito solidário, clubes de trocas com moeda local, dentre outras (FERRARINI, 2012; GAIGER, LAVILLE, 2009; VERONESE, 2008).

Em 2009, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) implementou os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) destinados à formação de formadores, educadores e gestores públicos que atuam na economia solidária. Esta política foi desenvolvida nas cinco regiões do Brasil através de convênio firmado com organizações locais habilitadas. Na região Sul, a implementação de sua primeira edição, que ocorreu entre 2009 e 2012 (FERRARINI; ADAMS, 2015), ficou sob a coordenação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Trabalhando nesta política de formação com lideranças dos empreendimentos econômicos solidários da região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio grande do Sul, foi formado um grupo pesquisador constituído por trabalhadores(as) de cooperativas e associações autogestionárias. Na busca por inovações pedagógicas, aproveitou-se o ensejo dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) e propôs-se que os trabalhadores, além de formadores ou educadores, pudessem também se exercitar como pesquisadores através de uma experiência de pesquisa sociopoética. Tratava-se de um grupo de seis trabalhadores que atuavam como lideranças e participavam também do movimento social de economia solidária.

O desenvolvimento da pesquisa em questão seguiu todos os passos preconizados pelo método sociopoético. A construção do tema de pesquisa deu-se de forma democrática. O grupo refletiu sobre o tema da formação (sobre o qual vinha se debruçando) e expressou sua percepção de que os cursos e assessorias são usualmente ofertados por entidades de apoio e fomento (universidades, organizações não-governamentais, órgãos públicos, etc.) sem uma escuta efetiva das necessidades e expectativas dos trabalhadores. Com base nas referidas reflexões, a pergunta norteadora que o grupo elaborou para a pesquisa foi: O que os empreendimentos realmente querem dos apoiadores?

A produção de dados valeu-se de dois encontros, os quais tiveram início com exercícios de relaxamento, possibilitando o afrouxamento dos mecanismos de defesa do consciente e a emergência de sentimentos, lembranças e conhecimentos que estão na pele. O ambiente adequado, a música suave de fundo, a adequada condução dos exercícios e a disponibilidade dos integrantes do grupo-pesquisador oportunizaram que todos entrassem profundamente em estado de relaxamento por cerca de 20 minutos. Os copesquisadores referiam chegar muito cansados, com um milhão de coisas na cabeça, e após os exercícios sentiam-se renovados, tranquilos e preparados para entrar na atividade. Os relaxamentos foram realizados em todos os encontros, mesmo nas etapas posteriores à produção de dados.

Inicialmente foi entregue um caderno decorado (feito pela própria equipe acadêmica, a qual era formada por três bolsistas de iniciação científica) para ser usado por cada copesquisador como diário de itinerância, no qual se poderia escrever qualquer coisa que viesse à cabeça. Itinerância que vem do ato de se percorrer diferentes lugares, andar sem saber aonde ir. Da mesma forma, podemos escrever mesmo sem saber onde isso vai dar. O diário poderia ser escrito durante o encontro ou em casa e ser lido para o grupo, sempre ao iniciar (SOUZA, 2008). O primeiro encontro foi preparatório às técnicas, mas também agregou dados relevantes para a pesquisa. No segundo encontro, conforme orientação do método, após o relaxamento fez-se um exercício corporal de acordo com o objetivo do dia, neste caso, mobilizar nos copesquisadores o contato com sentimentos de agressividade. Posteriormente, com ajuda de uma técnica de interiorização, eles imaginaram ou recordaram uma situação de opressão ligada ao tema da pesquisa, a qual representaram através de uma imagem, moldando os corpos dos outros colegas. Podia-se utilizar uma pessoa, mais de uma ou a totalidade do grupo. Todos apresentaram lembranças de situações vivenciadas. Posteriormente, cada um contou o que a imagem construída representava para si e os sentimentos que eram mobilizados ao ocupar os distintos lugares que lhes foram atribuídos, não existindo interpretações corretas ou erradas. O trabalho foi finalizado com a explicação do próprio autor da obra. Um dos copesquisadores teve dificuldade em representar, mas ao final todos conseguiram.

Ao longo dos encontros de produção de dados houve momentos de alegria e de dor, em que os copesquisadores se apoiaram mutuamente, mas com uma responsabilidade específica da pesquisadora-facilitadora para a percepção e atuação em momentos mais delicados. O papel do facilitador é fundamental, até mesmo na produção autogestionária de conhecimento, ainda que com papel redefinido.

Encarnar por vezes o papel do opressor, por vezes do oprimido, remeteu a uma vivência de sensações e sentimentos, tais como: opressão, humilhação, aprisionamento, desqualificação, rechaço, vergonha, autoritarismo e subjugação, mas

também de orgulho, coragem e união. As técnicas artísticas e corporais permitiram o contato mais profundo com o saber do que o mero relato oral e formal.

A análise dos dados evidenciou o surgimento de três categorias: opressões externas ou verticais, internas ou horizontais e emancipação. As opressões externas foram definidas como aquelas desencadeadas por sujeitos ou grupos que não eram trabalhadores da economia solidária – ainda que fossem parte do movimento social – e que pertenciam a um nível hierárquico superior, de acordo com a monocultura dos saberes e classificação social (SANTOS, 2006) por portarem reconhecimento acadêmico, cargo político ou religioso. As opressões internas ou horizontais disseram respeito àquelas exercidas entre os próprios trabalhadores da economia solidária – de um sobre o outro. Em ambas as opressões, o grupo-pesquisador trouxe sentimentos de decepção, como se tivessem uma ilusão de que a economia solidária pudesse ser como um oásis, mas não era. Momentos de descrença também se alternavam – e se (re)significaram ao longo das análises – com momentos de compreensão da historicidade dos processos políticos. A categoria emancipação foi expressa, neste caso, como a possibilidade de manifestação em espaço público, externo à economia solidária, para seu reconhecimento social.

As conclusões hipotéticas (assim chamadas porque não definitivas e passíveis de alterações por parte do grupo-pesquisador) foram inicialmente organizadas pela pesquisadora-facilitadora a partir dos dados produzidos e foram devolvidas para o grupo, gerando processos importantes de reflexão e elaboração na análise dos dados. As etapas subsequentes da pesquisa, que consistem na construção de novos conceitos ou categorias, interpretação e contra-análise, também contaram com a participação ativa do grupo-pesquisador, porém menos motivada do que ao longo dos processos vivenciais.

De forma muito sucinta – visto ser foco desse texto a aplicação do método, mais do que o extenso conteúdo e resultados produzidos – a pesquisa concluiu que as opressões internas e externas estão ligadas à reprodução de padrões instituídos (capitalistas, competitivos e politicamente conservadores) e àquilo que os copesquisadores referiram ser um modismo em torno da economia solidária, materializado pela existência de recursos atrativos a interesses diversos. A economia solidária exige uma mudança de paradigma vivida no dia-a-dia, nos pequenos atos. Os sujeitos precisam se reinventar constantemente, tomando para si a tarefa de modificar seu cotidiano buscando criativamente a emancipação das formas de opressão que sentem atingi-los.

Considerações finais

O modo como a dominação econômica, política e cultural produz e reproduz as desigualdades é traduzida em hierarquias entre os tipos de conhecimentos e de prática social, nas quais saberes populares e periféricos são inferiorizados e deslegitimados perante o exclusivismo epistemológico da ciência. A produção de conhecimento pós-colonial exige uma ecologia dos saberes na prática e um procedimento de tradução, capazes de gerar produtos inteligíveis para todos os sujeitos envolvidos.

Na busca por perspectivas metodológicas apropriadas às epistemologias do Sul, a pesquisa sociopoética apresentou-se como possibilidade a ser experimentada e avaliada. Os relatos de pesquisa apresentados demonstraram que a sociopoética possui fundamentos teórico-epistemológicos, técnicos e ético-políticos compatíveis com elementos requeridos à produção de conhecimento na perspectiva da pós-colonialidade, especialmente pelo protagonismo dos sujeitos da pesquisa.

Porém, a análise das experiências permitiu concluir que não se trata de um método de fácil utilização, pois são requeridas condições específicas para todos os sujeitos envolvidos. O pesquisador-facilitador necessita de um conjunto de competências, habilidades e atitudes não usualmente instaurado de forma satisfatória na formação acadêmica tradicional. Nas pesquisas apresentadas, o fato de as autoras terem formação anterior e exercício profissional nas áreas de Psicologia e Serviço Social facilitou-lhes na condução de técnicas lúdicas e interativas, fundamentais à produção de dados.

Além disso, a pesquisa coloca certas requisições ao grupo-pesquisador: compromisso com a autogestão do processo de pesquisa, envolvimento em todas as etapas, despojamento e entrega para as vivências propostas. As experiências relatadas demonstraram que os vínculos prévios de afeto ou confiança foram elementos importantes para o êxito da utilização do método na íntegra. É importante que seja um projeto que faça sentido para os envolvidos, ou seja, que eles sejam sujeitos (desde a concepção da proposta) e que tenham consciência e desejo desse tipo de vivência. Quanto ao conhecimento produzido, a delimitação do texto impediu uma apresentação pormenorizada dos resultados, mas em ambos os casos, os produtos das pesquisas foram prioritariamente voltados às necessidades e definições do grupo-pesquisador.

Na comunidade dos Kaingang, utilizando a linguagem e a experiência de Nimprê, tentou-se articular a narrativa artística e as ciências sociais, realizando uma tradução para falar dos saberes ancestrais e das culturas de resistência - típicas das epistemologias do Sul. Ciências e artes se encontram e se fertilizam contínua e reiteradamente. São muitos e de muitas áreas os cientistas que trabalham suas

narrativas artisticamente, incorporando soluções literárias em distintas linguagens, partindo de metáforas e alegorias, chegando a conceitos e categorias. Próprio da linguagem e da prática científica são a reflexão e a análise crítica, por isso é necessário ir além, dialogando e hibridizando linguagens (IANNI, 2004). O grupo vivenciou uma espécie de desvendamento da realidade dos sujeitos através da dimensão do imaginário, da narrativa, carregada da visão de mundo de quem a produziu e que procuramos ler, compreender.

Quanto à pesquisa com o grupo de economia solidária, é possível afirmar que os dados foram mais aprofundados do que aqueles usualmente produzidos através de métodos convencionais. Processo e resultado mostraram-se indissociáveis, tendo a dimensão processual se sobreposto ao resultado. O ato de pesquisar passou a ser uma vivência multidimensional, geradora de processos de autoconhecimento, de empoderamento individual e de fortalecimento de vínculos entre o grupo. A pesquisa possibilitou a produção de saber pelos sujeitos envolvidos - e sobre eles próprios - ancorado em vivências, o que lhes permitiu darem-se conta do seu protagonismo nas questões pesquisadas e revisitadas, de forma narrativa e metanarrativa. Apesar de a sociopoética não ter intencionalidade conscientizadora de um agente sobre o outro, ela ampliou a consciência dos sujeitos sobre a questão que os mobilizava e de sua responsabilização na produção dos dilemas e das alternativas.

As pesquisas realizadas permitem afirmar que os processos de dominação capitalista e colonialista incidem duramente contra modos de vida e subjetividades populares, sendo difícil resistir, reagir, criar e manter formas de vida fundadas na presença da solidariedade e da reciprocidade. Nesse sentido, as pesquisas contribuíram para o fortalecimento dessas subjetividades através do conteúdo e da forma como se desenvolveram.

A título de conclusão, afirma-se que a pesquisa sociopoética apresenta diferenciais e pode ser considerada uma inovação no tocante à produção autogestionária de conhecimento, capaz de valer-se de diferentes racionalidades e dar voz a grupos subalternizados. Porém, não pode ser vista como receita ou solução mágica; o caráter inovador coloca a sociopoética como campo aberto para múltiplas experimentações com vistas à análise da sua validade, limites e possibilidades.

O reconhecimento da pluralidade e integração dos saberes pode ser um dos caminhos de resgate dos conhecimentos dos grupos marginalizados, desqualificados socialmente, mas que possuem um rico cabedal de conhecimentos que está sendo desperdiçado. Tal reconhecimento pode vir a contribuir para o compartilhamento de experiências diversas e plurais, que propiciem a percepção dessa diversidade como positiva e que tragam a consciência da importância da prática da interculturalidade nas sociedades contemporâneas.

SOCIOPOETIC RESEARCH IN THE SOCIAL SCIENCES

ABSTRACT: *The Westernization of the modern world was epistemologically based in the colonial imposition of modern science as the only credible source of knowledge, thus invalidating popular and traditional wisdom. Contemporary epistemological debates have shown the need of expanding the epistemological boundaries of knowledge production. However, we have identified a dearth of investigative methods for the production of knowledge in a post-colonial perspective in the social sciences. This article analyzes the potential of sociopoetics to approach the epistemologies of the South by presenting two experiments performed in Rio Grande do Sul (Brazil), the first with an indigenous community, the second with a group of 'solidarity economy' workers. The results show that sociopoetics is an innovative method capable of incorporating ethical, aesthetic and cognitive elements into the production of knowledge in the social sciences. Its application, however, presents technical and ethical challenges for the traditional training of the researcher and for the participation of the subjects of the research.*

KEYWORDS: *Research. Sociopoetic Method. Epistemology of the South.*

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 1994.

BASILE BECKER, Ítala Irene. Dados sobre o abastecimento entre os índios Kaingang do Rio Grande do Sul conforme bibliografia dos séculos XVI a XX. **Estudos sobre o abastecimento indígena**. São Leopoldo: Publicações Avulsas n.2 do Instituto Anchieta de Pesquisas, 1995, p. 39-59.

BAUMGARTEN, Máira. Comunidades ou coletividades? o fazer científico na era da informação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 3, v. 4, 2004, p. 97-136.

BOAL, Augusto. **O Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERRARINI, Adriane V. Política pública brasileira de formação de formadores de trabalhadores em economia solidária: fundamentos, avanços e desafios. **Outra Economia**, São Leopoldo, n.5, v.9, 2012, p. 185-194.

FERRARINI, Adriane V.; ADAMS, Telmo. A educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária: avanços políticos e desafios pedagógicos. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, n. 51(2), p. 212-212, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAIGER, Luiz Inácio; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio D.; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

GAUTHIER, Jacques. **Sociopoética: o livro do iniciante e do orientador**. Mimeografado. 2010.

GAUTHIER, Jacques; FLEURI, Reinaldo; GRANDO, Beleni (orgs). **Uma pesquisa sociopoética: o índio, o negro e o branco no imaginário de pesquisadores na área de educação**. Florianópolis: UFSC/NUP/CED, 2001.

IANNI, Octavio. Variações sobre arte e ciência. **Revista Tempo Social**, São Paulo, 2004, n. 16, v. 1, p. 7-23.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LAURIS, Élide. Pluralismo emancipatório? uma abordagem a partir dos movimentos indígenas da América Latina. **Cronos**, Natal, n. 8, v. 1, 2007, p. 57-80, jan./jun, 2007.

LOURAU, René. **A Análise Institucional**. Petrópolis: Vozes, 1975.

MATTA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. **Civitas**: Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan.-abr. 2014.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 5-10, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/689>>. Acessado em: 19 abr. 2015.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

PORTAL KAINGANG. **História e cultura**, 2006. Disponível em: <<http://www.portalkaingang.org/>>. Acessado em: 10 out. 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 227-278.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**. Transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de S. **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SEVERO, Diego. **Educação indígena em São Leopoldo**: processos educativos formais e não-formais entre os índios Kaingang. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, UNISINOS, 2011.

SOUZA, Sandro S. Memória, cotidianidade e implicações: construindo o diário de itinerância na pesquisa. **Revista de Sociopoética e Abordagens Afins (eletrônica)**, 2008, volume 1, nº1. Disponível em: <<http://www.entrelugares.ufc.br/antigo/numero1/artigospdf/sandro.pdf>> Acessado em: 10 jan. 2015.

VERONESE, Marília. **Psicologia social e economia solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos**, Madrid: Akal, 2004.

Recebido em 30/09/2015.

Aprovado em 19/11/2016.